



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Secretaria de Estado de Saúde**

**Junta de Recursos - SES-MG**

**Parecer nº 20/SES/GAB-JRECURSOS/2024**

**PROCESSO Nº 1320.01.0051984/2021-20**

### **JUNTA DE RECURSOS DE AUDITORIA ASSISTENCIAL**

**ASSUNTO:** Análise de Recurso Administrativo

**AUDITADO:** Sistema Municipal de Saúde/SMS de Lagoa Santa

**UNIDADE VISITADA:** Santa Casa de Misericórdia/Hospital Lindouro Avelar

**MUNICÍPIO:** Lagoa Santa

**SEI:** 1320.01.0051984/2021-20

**ATIVIDADE SISAUD:** 663

**RECORRENTE:** Secretaria Municipal de Saúde de Lagoa Santa, representada pelo seu gestor, Sr. G.U.A. (Pessoa Jurídica).

### **RELATÓRIO**

Trata-se de auditoria assistencial programada, realizada pelas Assessorias Regionais de Auditoria Assistencial (ARAS) Oeste e ARAS Centro SUL, no Sistema Municipal de Saúde de Lagoa Santa, tendo como Unidade Visitada o Hospital Lindouro Avelar – Santa Casa de Misericórdia, no período compreendido entre 9 e 13 de agosto de 2021.

A auditoria em questão ocorreu para atender ao Plano Anual de Auditoria Assistencial de 2021, do Componente Estadual de Auditoria do Sistema Único de Saúde de Minas Gerais (CEA/SUS-MG), que propôs a realização de auditorias nos Sistemas Municipais de Saúde e nos Hospitais beneficiados com recursos financeiros destinados às ações de média e alta complexidade no enfrentamento da Covid-19.

O foco principal foi verificar o cumprimento das obrigações financeiras e a regularidade das ações assistenciais prestadas pelo SMS de Lagoa Santa e pelo Hospital Lindouro Avelar – Santa Casa de Misericórdia.

Após emissão dos Relatórios Finais de Auditoria, foram originados os Ofícios de notificação SES/AUDSUS nº 295/2023, 296/2023, 297/2023 e 298/2023, em virtude das seguintes constatações não conformes, seguidas de penalidades impostas nos termos da Resolução SES-MG nº 2.906, de 24 de agosto de 2011:

Relatório Final - Secretaria Municipal de Saúde de Lagoa Santa:

- *Penalidade de Advertência Escrita*

1 – *Constatação nº 634792* – A Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Lagoa Santa não realiza o acompanhamento das taxas de ocupação dos leitos destinados ao atendimento da COVID-19 da Santa Casa de Misericórdia de Lagoa Santa – Hospital Lindouro Avelar.

2 – *Constatação nº 634802* – A SMS não valida os dados referentes à prestação parcial e/ou total de contas do prestador Hospital Lindouro Avelar de Lagoa Santa conforme estabelecido nos instrumentos jurídicos.

3 – *Constatação nº 634798* – A Secretaria Municipal de Saúde de Lagoa Santa não promoveu os ajustes no PMS e na PAS inserindo as ações e os recursos referentes ao enfrentamento da COVID-19 e os submeteu a aprovação do Conselho Municipal de Saúde.

4 – *Constatação nº 634800* – O RAG 2020 não contempla as ações realizadas e as prestações de contas referentes aos recursos destinados ao enfrentamento da Pandemia da COVID-19.

Relatório Final – Santa Casa de Misericórdia - Hospital Lindouro Avelar:

- *Penalidade de Advertência Escrita*

1 – *Constatação nº 634849* – O Hospital Lindouro Avelar / Santa Casa de Misericórdia de Lagoa Santa não atualiza com fidedignidade as informações referentes ao quantitativo, a ocupação e a regulação assistencial dos leitos COVID-19 nos sistemas preconizados na legislação.

## PARECER

Transcorrido o prazo estabelecido no Regulamento do SAA/SES-MG para interposição de recurso em segunda instância, o Hospital Lindouro Avelar – Santa Casa de Misericórdia não se manifestou em relação as não conformidades registradas no Relatório Final de Auditoria.

A Secretaria Municipal de Saúde de Lagoa Santa encaminhou sua manifestação em relação as não conformidades registradas no Relatório Final de Auditoria por meio do ofício nº 112/2023/SMS (NUREG).

Conhecemos do recurso pela tempestividade e legitimidade do Recorrente:

*1 – Constatação nº 634792 – A Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Lagoa Santa não realiza o acompanhamento das taxas de ocupação dos leitos destinados ao atendimento da COVID-19 da Santa Casa de Misericórdia de Lagoa Santa – Hospital Lindouro Avelar.*

A equipe de auditoria evidenciou:

*“A análise das documentações encaminhadas pela SMS de Lagoa Santa, demonstra que o acompanhamento das taxas de ocupação dos leitos clínicos e de UTI, destinados ao atendimento da COVID-19 na Santa Casa de Misericórdia de Lagoa Santa – Hospital Lindouro Avelar, não é realizada de maneira eficaz. Embora em entrevista com o Chefe de Departamento do Núcleo de Regulação (B.A.C.), informe com relação ao controle da taxa de ocupação dos leitos COVID-19, que recebe do prestador diariamente o censo dos leitos, e que tem um profissional da SMS atuando in loco fiscalizando o processo de trabalho no hospital (prontuários, plantões, ocupação de leitos), não comprovou através de relatórios a execução deste serviço.*

*Foi verificado o relatório de negativas do SUSFácil pelo motivo de indisponibilidade de leitos/recursos indisponíveis do período de junho/2020 a julho/2021 referente ao Hospital Lindouro Avelar e confrontado com os censos diários e com o quantitativo de leitos previstos na grade hospitalar definidos nas Deliberações CIB/SUS-MG, sendo constatado que houve negativa de leitos de UTI/COVID adulto em dias que a ocupação não acusava 100%. Da mesma forma observou-se negativas para leitos de enfermaria COVID no período de julho/2020 a julho/2021 em dias que a ocupação não acusava 100%. Tais dados se encontram discriminados no Anexo 03 deste Relatório de Auditoria.”*

**Manifestação do Recorrente:**

*“Referente a forma de acompanhamento das taxas de ocupação de leitos COVID não ser realizada de forma eficaz, considerando as informações apresentadas no relatório prévio da auditoria em que houve negativa de aceite de transferência de outros serviços. A secretaria municipal de saúde compreende a não conformidade e a necessidade em adequar os processos de regulação, controle avaliação e auditoria dos leitos SUS conforme preconiza a Portaria de Consolidação nº 02/2017 em seu Anexo XXVI referente a regulação do acesso.*

*Diante da recomendação realizada por esta auditoria, apresenta plano de ação para o efetivo controle dos leitos contratados pelo SUS, visto que este procedimento necessita ser realizado de forma rotineira faz-se necessário adequar às normativas estabelecidas na portaria supracitada.*

*ANEXO I, segue Plano de Ação acompanhamento Taxa de Ocupação de Leitos.”*

A Portaria de Consolidação MS/GM nº 2, que contém as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde estabeleceu:

(...)

#### **ANEXO XXIV**

*Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP) (Origem: PRT MS/GM 3390/2013)*

#### **ANEXO 2 DO ANEXO XXIV**

*Diretrizes para a contratualização de hospitais no âmbito do SUS (Origem: PRT MS/GM 3410/2013)*

(...)

**Art. 7º** *Quanto ao eixo de assistência, compete aos hospitais: (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 7º)*

(...)

**V** - *realizar a gestão de leitos hospitalares com vistas à otimização da utilização; (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 7º, V) (...)*

#### **ANEXO XXVI**

*Política Nacional de Regulação do Sistema Único de Saúde (Origem: PRT MS/GM 1559/2008)*

**Art. 5º** *A Regulação do Acesso à Assistência efetivada pela disponibilização da alternativa assistencial mais adequada à necessidade do cidadão por meio de atendimentos às urgências, consultas, leitos e outros que se fizerem necessários contempla as seguintes ações: (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 5º)*

(...)

*II - controle dos leitos disponíveis e das agendas de consultas e procedimentos especializados; (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 5º, II)*

(...)

**Art. 10.** *Cabe à União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal exercer, em seu âmbito administrativo, as seguintes atividades: (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 10)*

*I - executar a regulação, o controle, a avaliação e a auditoria da prestação de serviços de saúde; (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 10, I)*

*II - definir, monitorar e avaliar a aplicação dos recursos financeiros; (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 10, II)*

- Plano de Contingência Operativo para Infecção Humana pelo SARS COV-2 (doença pelo Coronavírus – COVID-19) da Macrorregião Centro:

(...)

#### **V. SISTEMAS DE APOIO**

##### **V.1. Papéis e responsabilidades relativos à gestão de leitos e ao processo regulatório**

(...)

*Gestores municipais:*

(...)

*II. Criar mecanismos para que os prestadores cumpram seu papel assistencial definido neste Plano de Contingência;*

*III. Garantir a gestão intra-hospitalar adequada dos leitos;*

*IV. Garantir a fidedignidade e tempestividade das informações relativas a ocupação de leitos hospitalares do seu território; (...)*

O Recorrente reconheceu a necessidade de adequar os processos de regulação, controle, avaliação e auditoria dos leitos SUS. Informou que acatou a recomendação feita pela equipe de auditoria e elaborou um Plano de Ação para o controle dos leitos contratados e

encaminhou cópia do referido documento. Tal Plano de Ação contém as ações, os recursos necessários, os responsáveis, previsão de início e término ( 71116806).

Dessa forma, consideramos que a correção da não conformidade se encontrava em andamento à época da apresentação do recurso administrativo.

2 – *Constatação nº 634802* – A SMS não valida os dados referentes à prestação parcial e/ou total de contas do prestador Hospital Lindouro Avelar de Lagoa Santa conforme estabelecido nos instrumentos jurídicos.

A equipe de auditoria evidenciou:

*“A Santa Casa de Misericórdia de Lagoa Santa – Hospital Lindouro Avelar não apresentou a prestação de contas total dos contratos com vencimento em 2020 (Contrato nº 70/2020; Contrato nº 48/2020; Contrato nº 44/2020 e Convênio nº 002/2020), embora a SMS de Lagoa Santa lançou os recursos federais e municipais recebidos no RAG2020. Os contratos com validade em 2021 (Contrato nº 35/2021, Termo de Metas nº 867/7265/2021, Termo de Metas nº 867/7295/2021 1º 2º; Termo de Metas nº 867/7446/2021 1º Aditivo, Termo de Metas nº 867/7564/2021) estão dentro do prazo de validade. Não foi constatada por parte da SMS de Lagoa Santa nenhum acompanhamento e nem validação.”*

Manifestação do Recorrente:

*“Referente a não apresentação das prestações de contas parcial e/ou total dos contratos 048/2020 e 44/2020 e comprovante envio prestação de contas via SEI dos Termos de Metas junto à Secretaria de Estado da Saúde, envio em anexo a prestação de contas dos seguintes contratos e comprovante envio das mesmas:*

*- ANEXO II – Contrato nº 048/2020;*

*- ANEXO III – E-mail SES MG confirmando recebimento prestação contas via SEI;*

*Referente a prestação de contas do contrato nº 44/2020, informo que como o recurso fora repassado dentro da contratualização hospitalar, não fora possível realizar a prestação de contas de forma segregado desta parte do contrato. Contudo as ações de enfrentamento da pandemia foram realizadas bem como a disponibilidade de serviços prestados pelo prestador e que as mesmas foram acompanhadas pela comissão de acompanhamento instituída para acompanhar o contrato.*

*Em tempo informo que as prestações de contas via SEI dos Termos de Metas junto à Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais, foram encaminhadas no prazo estabelecido onde serão realizadas as devidas análises apurações junto a SES/MG, visto que esta realizou repasses diretamente ao prestador e não acionou ao município qualquer necessidade de intervenção.”*

Da normativa que rege o tema:

- Portaria de Consolidação MS/GM nº 2/2017:

(...)

#### **Anexo XXVI**

**Art. 10.** *Cabe à União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal exercer, em seu âmbito administrativo, as seguintes atividades: (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 10)*

*I - executar a regulação, o controle, a avaliação e a auditoria da prestação de serviços de saúde; (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 10, I)*

*II - definir, monitorar e avaliar a aplicação dos recursos financeiros; (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 10, II)*

- Resolução SES/MG nº 7.094, 29 de abril de 2020, que define as regras do processo de acompanhamento dos indicadores previstos em Resoluções Estaduais, institui as Reuniões Temáticas de Acompanhamento e dá outras providências:

(...)

*Art. 3º – O processo de acompanhamento será realizado por meio informatizado a partir da adesão do beneficiário ao Programa, Projeto ou Ação Estadual de Saúde Pública propostos pela SES/MG.*

*§1º – Para o acesso ao sistema e consequente adesão ao Programa, Projeto ou Ação Estadual de Saúde Pública os representantes dos beneficiários deverão possuir assinatura digital.*

*§2º – É responsabilidade do beneficiário garantir a aquisição e disponibilidade do token/certificado digital.*

*Art. 4º – O acompanhamento do processo de execução física dar-se-á por meio de períodos de monitoramento para apurações parciais dos resultados alcançados por cada beneficiário para cada um dos indicadores pactuados.*

*§1º – Para os indicadores declaratórios, o beneficiário deverá informar os resultados alcançados e validar, via sistema, as informações declaradas no prazo fixado. (...)*

- Resolução SES/MG nº 4.606 de 17 de dezembro de 2014, que dispõe sobre as normas gerais do processo de prestação de contas dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Estadual de Saúde - FES nos termos do Decreto Estadual nº 45.468/2010:

(...)

*Art. 6º Os Beneficiários devem manter arquivados os documentos que comprovam a utilização e gestão dos recursos públicos repassados pelo FES, conforme preconiza o § 2º do art. 25 do Decreto Estadual nº 45.468/2010.*

(...)

*§5º Os documentos devem ficar à disposição da Secretaria Estadual de Saúde – SES/MG, dos órgãos de controle interno e externo Municipal, Estadual e Federal, bem como dos Conselhos de Saúde. (...)*

- Contrato de Repasse nº 070/2020 (COVID-19)

(...)

### *CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO*

#### *3.1. São obrigações do MUNICÍPIO:*

(...)

*IV – apreciar a prestação de contas final apresentada no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência determinada pela Administração Pública, prorrogável justificadamente por igual período.*

- Contrato de Prestação de Serviços Ambulatoriais e Hospitalares nº 044/2020

(...)

### *CLÁUSULA OITAVA – DAS ORGANIZAÇÕES DA CONTRATANTE*



(...)

8.6. Analisar os relatórios trimestrais e anuais relativos à execução deste CONTRATO, comparando as metas com os resultados alcançados e a compatibilidade com o Plano Operativo dos Indicadores de Desempenho e de Produtividade pactuados; (...)

- Contrato de Repasse nº 035/2021 (COVID-19)

(...)

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

##### 5.1. São obrigações do município

(...)

IV – apreciar a prestação de contas final apresentada, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência determinada pela Administração Pública, prorrogável justificadamente por igual período. (...)

O Recorrente informou que foi feita a prestação de contas do contrato 048/2020 e dos Termos de Metas assinados junto à SES-MG. Encaminhou os anexos II e III (71116810 e 71116826), que contêm a prestação de contas e e-mail relativo à prestação de contas via SEI. Quanto à prestação de contas do contrato 044/2020, esclareceu que não foi possível fazer de forma segregada. Contudo, as ações previstas foram realizadas e acompanhadas pela comissão de acompanhamento instituída para acompanhar o referido contrato. Assim, consideramos como parcialmente justificada a não conformidade em questão.

3 – *Constatação nº 634798* – A Secretaria Municipal de Saúde de Lagoa Santa não promoveu os ajustes no PMS e na PAS inserindo as ações e os recursos referentes ao enfrentamento da COVID-19 e os submeteu a aprovação do Conselho Municipal de Saúde.

A equipe de auditoria evidenciou:

*“Em análise feita no Plano Municipal de Saúde 2018-2021 (vigente), foi observado que não foram promovidos ajustes inserindo as ações e os recursos referentes ao enfrentamento da COVID-19. A Programação Anual de Saúde (PAS) do ano vigente não foi apresentada, não foram encontrados nas atas do CMS, nem em resoluções do mesmo, registros submetendo os citados instrumentos de gestão à aprovação do Conselho Municipal de Saúde. Em entrevista com o Chefe do Departamento do Núcleo de Regulação (B.A.C.), nos foi relatado apenas que o Plano Municipal de Saúde para os próximos 4 anos está em fase de elaboração. No ofício nº 117/2021 – ASSE.GAB/(SEMSA), enviado em resposta ao ofício SES/AUDSUS nº 417/2021, juntamente com a documentação solicitada no Anexo I, a SMS informa não ser*

*possível enviar as atas de aprovação do CMS dito que não solicitou a readequação do Plano Municipal de Saúde e Programação Anual de Saúde de forma oficial, embora todas as ações realizadas estivessem dentro do Plano de Enfrentamento da COVID-19, de ciência do CMS.”*

#### Manifestação do Recorrente:

*“Fora solicitado reunião extraordinária junto ao CMS para discutir sobre a necessidade de adequação no PMS 2018-2021 para que conste as ações realizadas no enfrentamento da pandemia. Conforme ata em anexo houve consenso entre gestão e Mesa do CMS em seguir a recomendação por parte da Auditoria e realizar adequação do Plano Municipal de Saúde 2018-2021. Diante disto segue Anexo IV – Inclusão da Diretriz ENFRENTAMENTO PANDEMIA COVID-19 no PMS2018-2021 aprovado pelo CMS Lagoa Santa/MG.”*

#### Da legislação que rege o tema:

- Portaria de Consolidação MS/GM nº 1, de 28 de setembro de 2017 que contém as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde:

(...)

**Art. 96.** O Plano de Saúde, instrumento central de planejamento para definição e implementação de todas as iniciativas no âmbito da saúde de cada esfera da gestão do SUS para o período de 4 (quatro) anos, explicita os compromissos do governo para o setor saúde e reflete, a partir da análise situacional, as necessidades de saúde da população e as peculiaridades próprias de cada esfera. (Origem: PRT MS/GM 2135/2013, Art. 3º)

(...)

**§ 3º** A elaboração do Plano de Saúde será orientada pelas necessidades de saúde da população, considerando: (Origem: PRT MS/GM 2135/2013, Art. 3º, § 3º)

**I** - análise situacional, orientada, dentre outros, pelos seguintes temas contidos no Mapa da Saúde: (Origem: PRT MS/GM 2135/2013, Art. 3º, § 3º, I)

**a)** estrutura do sistema de saúde; (Origem: PRT MS/GM 2135/2013, Art. 3º, § 3º, I, a)

**b)** redes de atenção à saúde; (Origem: PRT MS/GM 2135/2013, Art. 3º, § 3º, I, b)

**c)** condições socio sanitárias; (Origem: PRT MS/GM 2135/2013, Art. 3º, § 3º, I, c)

**d)** fluxos de acesso; (Origem: PRT MS/GM 2135/2013, Art. 3º, § 3º, I, d)

- e) recursos financeiros; (Origem: PRT MS/GM 2135/2013, Art. 3º, § 3º, I, e)*
- f) gestão do trabalho e da educação na saúde; e (Origem: PRT MS/GM 2135/2013, Art. 3º, § 3º, I, f)*
- g) ciência, tecnologia, produção e inovação em saúde e gestão. (Origem: PRT MS/GM 2135/2013, Art. 3º, § 3º, I, g)*
- II - definição das diretrizes, objetivos, metas e indicadores; e (Origem: PRT MS/GM 2135/2013, Art. 3º, § 3º, II)*
- III - o processo de monitoramento e avaliação. (Origem: PRT MS/GM 2135/2013, Art. 3º, § 3º, III)*
- (...)*

*§ 7º O Plano de Saúde deverá considerar as diretrizes definidas pelos Conselhos e Conferências de Saúde e deve ser submetido à apreciação e aprovação do Conselho de Saúde respectivo e disponibilizado em meio eletrônico no sistema DigiSUS Gestor/Módulo Planejamento - DGMP. (Redação dada pela PRT nº 750 de 29.4.2019).*

*(...)*

- Nota Técnica nº 7/2020-CGFIP/DGIP/SE/MS:

#### *1. ASSUNTO*

*1.1. Sobre ajuste no Plano de Saúde (PS) ou na Programação Anual de Saúde (PAS) para inclusão das metas ou das ações, respectivamente, decorrentes do enfrentamento à pandemia da COVID 19.*

*(...)*

#### *4. PROCEDIMENTO NO DGMP COM RELAÇÃO À PANDEMIA DA COVID-19*

*4.1. Com relação à pandemia da COVID 19, que alterou o cenário epidemiológico em todo o mundo, os gestores dos estados, Distrito Federal e municípios deverão proceder da mesma maneira do disposto nos itens 3.2, 3.3 e 3.4, isto é, solicitar ajuste no plano para inclusão das metas ou inclusão das ações na PAS decorrentes da covid-19, conforme enquadramento ao item 3.3. ou 3.4.*

*4.2. Com esse procedimento, as referidas metas e ações serão apresentadas posteriormente no RG 2020 e também nos RDQA de 2020, nos quais os gestores já podem indicar as ações que vêm sendo realizadas em relação à COVID 19.*

*4.3. Ressalta-se que no caso de solicitação de ajuste no PS (ver item 2.9), a PAS 2020 deverá estar aberta (ver item 2.10) para recepcionar as novas metas inseridas no PS. A PAS 2018 e 2019, ao contrário, deverão estar fechadas (ver item 2.10) quando do ajuste no PS. Caso estejam abertas (ver item 2.10), também recepcionarão as metas da COVID-19 que foram inseridas no Plano, o que não faz sentido, visto que este agravo não estava presente no cenário epidemiológico nos referidos anos.*

4.4. Assim e em consonância ao exposto, é fundamental observar as Portarias do Ministério da Saúde, que tratam de repasses relativos à COVID 19 e a Lei Complementar nº 172/2020 que informam que a prestação de contas será feita no RG.

4.5. Seguindo a lógica do planejamento descrita nos itens 2.5 e 2.6, as metas relativas à Covid-19, para que estejam expressas no RG, devem ser inseridas no PS e também na PAS.

4.6. Eventuais documentos relacionados ao plano de contingência podem ser anexados no campo "outros arquivos" que está presente na tela de inserção da DOMI no PS e na tela de anualização das metas na PAS.

## 5. CONCLUSÃO

5.1. Qualquer alteração no cenário epidemiológico que impacte no planejamento, deve ser objeto de revisão e posterior alteração no PS ou na PAS, conforme itens 3.3 e 3.4. Se a alteração afetar um único município, então esse município deverá realizar o ajuste do PS ou na PAS no DGMP. Caso afete um conjunto de municípios de uma mesma região ou municípios de regiões diferentes, como aconteceu recentemente com a febre amarela, então esse conjunto de municípios deverá proceder aos ajustes.

5.2. No caso da COVID-19, o procedimento é o mesmo. A única diferença é que a COVID- 19, por se tratar de uma pandemia, alterou o cenário epidemiológico de todos os estados, Distrito Federal e de todos os municípios. Portanto, todos os entes deverão, se necessário, proceder ao ajuste no PS ou na PAS, conforme o caso, observando-se as recomendações nos itens 4.1, 4.2 e 4.3.

5.3 Vale ressaltar que o ente é autônomo e responsável pela elaboração, adequação e ajustes necessários aos seus instrumentos de planejamento. O DGMP reflete parte desse processo. Assim cabe ao ente decidir se é necessário ajustar sem perder de vista que essas alterações repercutirão na prestação de contas, isto é, no RG. (...)

Conforme observado, na transcrição da manifestação do recorrente, foi informado que houve solicitação de uma reunião extraordinária com o CMS no intuito de mostrar a necessidade de adequação do PMS, contemplando as ações realizadas no enfrentamento da COVID-19. Foi encaminhada cópia da Resolução *Ad referendum* nº 13/2023 do CMS, para inserir adequações no PMS 2018-2021, bem como ações da PAS, contendo a inclusão da Diretriz Enfrentamento Pandemia COVID-1

Pelo exposto, consideramos que o Recorrente adotou as medidas necessárias para a correção da irregularidade identificada pela equipe de auditoria.

4 – *Constatação nº 634800* – O RAG 2020 não contempla as ações realizadas e as prestações de contas referentes aos recursos destinados ao enfrentamento da Pandemia da COVID-19.

A equipe de auditoria evidenciou:

*“De acordo com a análise da documentação disponibilizada (RAG 2020) ficou demonstrado que ele não contempla as ações realizada e as prestações de contas referentes aos recursos destinados ao enfrentamento da Pandemia da COVID- 19.”*

## Manifestação do Recorrente:

*“Foram relacionadas a prestação de contas no RAG-2020 por meio do DigiSUS no item 9-Execução Orçamentária e Financeira, conforme informações extraídas do SIOPS.*

*Referente a ausência da prestação de contas via RAG dos contratos nº 048/2020 e 044/2020 fora solicitado por meio do ofício nº 077/2023/SMS/NUREG ao Conselho Municipal de Saúde de Lagoa Santa a devolutiva do RAG para envio das prestações de contas destes contratos e o comprovante do envio das prestações de contas do prestador dos Termos de Metas assinados junto a SES/MG. Tal fato fora dado ciência ao CMS em reunião ordinária no dia 21/06/2023. As prestações de contas foram enviadas ao CMS em 21/07/2023.*

*Em comprovação segue ANEXO V:*

- Ofício nº 077/2023/SMS/NUREG ao Conselho Municipal de Saúde de Lagoa Santa;*
- Ata da reunião do dia 21/06/2023 solicitando devolutiva RAG;*
- Envio Prestação de Contas Contrato nº 048/2020 ao Conselho Municipal de Saúde.”*

Da normativa que rege o tema:

- Portaria de Consolidação MS/GM nº 2/2017:

(...)

### **Anexo XXVI**

**Art. 10.** *Cabe à União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal exercer, em seu âmbito administrativo, as seguintes atividades: (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 10)*

*I - executar a regulação, o controle, a avaliação e a auditoria da prestação de serviços de saúde; (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 10, I)*

*II - definir, monitorar e avaliar a aplicação dos recursos financeiros; (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 10, II)*

- Portaria MS/GM nº 1.393, de 21 de maio de 2020, que dispõe sobre o auxílio financeiro emergencial às santas casas e aos hospitais filantrópicos sem fins lucrativos, que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS), no exercício de 2020, com o objetivo de permitir-lhes atuar de forma coordenada no controle do avanço da pandemia da Covid-19:

(...)

*Art. 6º A prestação de contas dos Estados, Distrito Federal e Municípios, sobre a aplicação dos recursos, será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG.*

- Portaria MS/GM nº 1.666, de 1º de julho de 2020, que dispõe sobre a transferência de recursos financeiros aos Estados, Distrito Federal e Municípios para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da Coronavírus - COVID 19:

(...)

*Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos de que trata esta Portaria será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.*

- Resolução SES/MG nº 7.094, 29 de abril de 2020, que define as regras do processo de acompanhamento dos indicadores previstos em Resoluções Estaduais, institui as Reuniões Temáticas de Acompanhamento e dá outras providências:

(...)

*Art. 3º – O processo de acompanhamento será realizado por meio informatizado a partir da adesão do beneficiário ao Programa, Projeto ou Ação Estadual de Saúde Pública propostos pela SES/MG.*

*§1º – Para o acesso ao sistema e consequente adesão ao Programa, Projeto ou Ação Estadual de Saúde Pública os representantes dos beneficiários deverão possuir assinatura digital.*

*§2º – É responsabilidade do beneficiário garantir a aquisição e disponibilidade do token/certificado digital.*

*Art. 4º – O acompanhamento do processo de execução física dar-se-á por meio de períodos de monitoramento para apurações parciais dos resultados alcançados por cada beneficiário para cada um dos indicadores pactuados.*

*§1º – Para os indicadores declaratórios, o beneficiário deverá informar os resultados alcançados e validar, via sistema, as informações declaradas no prazo fixado. (...)*

- Resolução SES/MG nº 4.606 de 17 de dezembro de 2014, que dispõe sobre as normas gerais do processo de prestação de contas dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Estadual de Saúde - FES nos termos do Decreto Estadual nº 45.468/2010:

(...)

*Art. 6º Os Beneficiários devem manter arquivados os documentos que comprovam a utilização e gestão dos recursos públicos repassados pelo FES, conforme preconiza o § 2º do art. 25 do Decreto Estadual nº 45.468/2010.*

(...)

*§5º Os documentos devem ficar à disposição da Secretaria Estadual de Saúde – SES/MG, dos órgãos de controle interno e externo Municipal, Estadual e Federal, bem como dos Conselhos de Saúde. (...)*

- Contrato de Repasse nº 070/2020 (COVID-19)

(...)

### *CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO*

#### *3.1. São obrigações do MUNICÍPIO:*

(...)

*IV – apreciar a prestação de contas final apresentada no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência determinada pela Administração Pública, prorrogável justificadamente por igual período.*

- Contrato de Prestação de Serviços Ambulatoriais e Hospitalares nº 044/2020

(...)

*CLÁUSULA OITAVA – DAS ORGANIZAÇÕES DA CONTRATANTE**(...)**8.6. Analisar os relatórios trimestrais e anuais relativos à execução deste CONTRATO, comparando as metas com os resultados alcançados e a compatibilidade com o Plano Operativo dos Indicadores de Desempenho e de Produtividade pactuados; (...)*

- Contrato de Repasse nº 035/2021 (COVID-19)

(...)

*CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**5.1. São obrigações do município**(...)**IV – apreciar a prestação de contas final apresentada, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência determinada pela Administração Pública, prorrogável justificadamente por igual período. (...)*

Como meio de oferecer suporte probatório às suas alegações, o Recorrente anexou copia do ofício encaminhado ao CMS (71116831, 71116833) cujos anexos contém prestação de contas relativa ao contrato nº 048/2020 e Resoluções SES/COVID, para adequação no RAG.

Assim sendo, consideramos que a irregularidade foi parcialmente corrigida.

## CONCLUSÃO

O processo de auditoria em análise tramitou nos moldes da Resolução SES-MG nº 2.906/2011, não havendo nenhuma irregularidade do ponto de vista técnico/jurídico, ao nosso entender.



Diante do exposto, consideramos que os requisitos de admissibilidade foram atendidos, e que foram apresentadas justificativas válidas a demonstrar que as necessárias correções das irregularidades estavam em andamento à época de apresentação do recurso administrativo. Dessa forma, entendemos pelo conhecimento do recurso, dando-lhe provimento para cancelar as penalidades de Advertência Escrita aplicadas ao Sistema Municipal de Saúde de Lagoa Santa.

Em relação ao Hospital Lindouro Avelar, tendo em vista que não houve apresentação de justificativa para a não conformidade apontada pela equipe de auditoria, consideramos que deverá ser mantida a penalidade conforme mencionado no Ofício SES/AUDSUS nº 298/2023.

À superior apreciação

Belo Horizonte, 26 de abril de 2024



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **87261213** e o código CRC **7AAE65E9**.